



## Disputa por território na atividade de catação de materiais recicláveis e reutilizáveis

*Renata Barreto Mendes<sup>1</sup>*

*Mariana Carolina dos Santos<sup>2</sup>*

*Beatriz Meloni Rodrigues da Costa<sup>3</sup>*

*Ana Claudia Giannini Borges<sup>4</sup>*

O gerenciamento e a gestão de resíduos sólidos são fundamentais para minimizar os efeitos negativos do modelo de produção e consumo, para tal a adoção desses é essencial, bem como as melhorias continuadas. A partir disso, tem-se a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que dispõe, dentre outros, sobre a coleta seletiva operacionalizada por organizações de catadores de materiais recicláveis, como meio viável de promover maiores taxas de destinação adequada dos resíduos.

Todavia, observa-se que há catadores organizados em cooperativas e associações, mas também catadores individuais que, a partir dessa atividade, buscam meios e oportunidades para obter dignidade e sobrevivência. Essa diversificação de atores na coleta seletiva tende a gerar conflitos e disputa territorial pelo material disponível.

Assim, o trabalho objetiva identificar os principais fatores atrelados à disputa de território entre catadores individuais e cooperados/associados, no interior do estado de São Paulo. Para isso, fez-se: revisão bibliográfica; coleta de dados por entrevistas com catadores individuais e representantes de cooperativas/associações.

Como resultados, nota-se que para os catadores individuais o apoio do poder público municipal está centrado na atuação das cooperativas/associações em detrimento deles, de modo que não “sobra” material para todos que necessitam da coleta para sobreviver. Para as cooperativas, o principal fator refere-se à percepção do caráter temporário da atividade realizada pelos catadores individuais, visto que atuam coletando material reciclável e reutilizável devido à ausência de novas oportunidades no mercado de trabalho. As cooperativas, ainda, entendem que o material disposto pelos municípios, à coleta, deveria ser destinado a elas, por serem agentes considerados na PNRS, o que garante a condição de “propriedade” pelo material.

---

1 Graduanda em Administração - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias UNESP Jaboticabal. E-mail: barreto.mendes@unesp.br

2 Graduanda em Administração - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias –UNESP Jaboticabal. E-mail: mariana.carolina@unesp.br

3 Graduanda em Administração - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias –UNESP Jaboticabal. E-mail: beatriz.meloni@unesp.br

4 Docente na Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro -SP e na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal-SP da Universidade Estadual Paulista - UNESP. E-mail: ana.giannini@unesp.br



Observa-se que há disputa de território pelos catadores e essa é derivada, especialmente, da disponibilidade de materiais recicláveis e reutilizáveis para a coleta. É uma disputa, portanto, pela sobrevivência, visto que esses resíduos proporcionam renda tanto aos catadores individuais quanto às cooperativas.

**Palavras-chave:** Catadores. Cooperativas. Território. Resíduos Sólidos.

Ambiente de tensões e de disputa pelos resíduos

